



# Plano de ordenamento vem “clarificar” espaço marítimo

A Figueira da Foz acolheu ontem a sessão pública temática relativa aos Transportes Marítimos e Portos inserida na discussão pública do POEM

José Santos

■ A reunião para discutir o Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo realizou-se ontem na sede do Porto da Figueira da Foz (APFF), numa iniciativa conjunta do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos e da Associação dos Portos de Portugal, que juntou diversas pessoas e entidades envolvidas nesta área.

Depois das palavras de saudação de José Luís Cacho, presidente da Associação dos Portos de Portugal (APP), falou Isabel Guerra, em representação do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM), seguindo-se Margarida Almodôvar, do Instituto da Água, (INAG), que apresentou o Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo, falando sobretudo da base essencial do trabalho, que se prende com as propostas de espacialização e orientação de gestão e do programa de acção e de monitorização.

Trata-se de um documento «fundamental», explicou, que tem como objectivos o levantamento de todas as actividades que se desenvolvem nos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição portuguesa, ordenar os usos e actividades do espaço marítimo, garantir a utilização sustentável dos recursos, a sua preservação e recuperação, bem como a definição de parâmetros de desenvolvimento sustentado de cada actividade e do espaço marítimo em que cada uma se poderá desenrolar e fomentar a importância económica, ambiental e social do mar, entre outros.



FOTOS DE JOSÉ SANTOS

MARGARIDA ALMODÓVAR, José Luís Cacho e Isabel Guerra na apresentação do POEM

Conforme foi salientado na reunião, este plano «vem clarificar o processo de licenciamento», bem como definir as zonas de dragados ou até os terminais de cruzeiros, entre outros aspectos. É um documento que não entender dos presentes, «pode ser aplicado juntamente com o Plano Nacional Marítimo Portuário».

Depois da apresentação do

plano, seguiu-se a intervenção de diversos técnicos especializados na matéria, nomeadamente, José Cruz, que falou da componente dos transportes marítimos e portos; Jorge Rua, que incidiu a sua intervenção sobre as perspectivas/expectativas dos portos nacionais, e Hermanno Sousa, da Altri, que falou sobre a temática das “Perspectivas/Expectativas do carregador

marítimo)” e evidenciou, ainda, a necessidade de se criar um terminal coberto e um terminal ferroviário a Sul.

Também o ex-presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, António Duarte Silva, presente na iniciativa, explicou que este plano constitui «um instrumento essencial que vai permitir passar do papel à prática, com capacidade para atrair empresários».

Para o administrador do Porto da Figueira da Foz revelou a sua satisfação, considerando que este ordenamento representa «uma mais-valia para os portos nacionais, incluindo a Figueira da Foz», uma vez que «vai articular todas as actividades na área de influência marítima».

Refira-se ainda que o Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo se encontra em período de discussão pública, que se prolonga até ao próximo dia 22 de Fevereiro. |



VÁRIAS entidades quiseram participar na discussão do plano